

ENTRE O SILÊNCIO E A DENÚNCIA: a violência LGBT+ em dois jornais paulistas ao longo de uma década

Mateus Kayky Pinheiro Dantas¹Tatyana Nunes Lemos²Thayse Lima Carmo³Henrique Salmazo da Silva⁴Maria Liz Cunha Oliveira⁵

Universidade Católica de Brasília - UCB

Resumo

A violência contra a população LGBT+ no Brasil é um fenômeno complexo e persistente na vida das vítimas, marcado por diversas formas de agressão e apagamento identitário. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as violências contra pessoas LGBT+ noticiadas nas mídias jornalísticas digitais no período de 2014 a 2024. A metodologia consiste em um estudo documental retrospectivo baseado na análise de notícias publicadas nos jornais Folha de São Paulo e Estadão, com foco em palavras-chave relacionadas a atos violentos LGBT+. As notícias foram classificadas por tipo de violência, identidade de gênero das vítimas e vínculo do agressor. Foram examinadas 117 notícias sobre violência contra LGBT+, com predomínio de violência comunitária e homicídio. A maioria das vítimas foi rotulada de forma genérica nas reportagens e agredida por desconhecidos. Os dados revelam apagamento identitário, vulnerabilidade em espaços públicos e silenciamento midiático da LGBTfobia. A imprensa, embora relevante para a visibilidade, ainda falha em humanizar e reconhecer a diversidade dessa população. O retrato da violência LGBT+ na mídia jornalística de 2014 a 2024 transita entre o silêncio e a denúncia.

Palavras-chave

Pessoas LGBT; Violência; Jornalismo; Saúde pública digital.

¹ Enfermeiro graduado pela Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: mateuskayky007.com@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2299-7254>

² Historiadora e pedagoga. Mestra em História Social das Relações Políticas e doutoranda em Gerontologia pela Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: tatyananl@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1051-1029>

³ Enfermeira graduada pela Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: tthayse.lima@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4473-1520>

⁴ Gerontólogo. Doutor em Neurociências e Cognição e pós-doutorando em Saúde Pública. Professor Doutor da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil. E-mail: henriquesalmazo@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3888-4214>

⁵ Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde, mestra em Educação e pós-doutora em Psicologia. Docente da Escola de Saúde Pública do Distrito Federal (ESPDP) e do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: lizcunhad@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5945-1987>



Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é definida como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em forma de ameaça contra si mesmo, contra outra pessoa, contra um grupo ou comunidade, cujas consequências resultem, ou tenham probabilidade de resultar, em lesões, morte, danos psicológicos, prejuízos ao desenvolvimento ou privações (WHO, 2002). Ela pode ser classificada em violência autodirigida, como no caso de suicídio; violência interpessoal, subdividida em violência familiar, que ocorre predominantemente entre os membros da família e parceiros íntimos, e violência comunitária, que ocorre entre pessoas sem laços de parentesco, sejam elas conhecidas ou não; e, por fim, a violência coletiva, que se subdivide em social, política e econômica. A violência também pode ser classificada de acordo com a natureza dos atos cometidos, podendo envolver violência física, sexual, psicológica e negligência (WHO, 2002).

A problemática da violência e dos homicídios contra a comunidade LGBT+⁶ no Brasil é crítica, especialmente no que se refere às pessoas trans e travestis. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), foram registrados 80 assassinatos de pessoas trans e travestis no Brasil em 2025. Embora o número esteja abaixo da média anual de 123 assassinatos pela primeira vez, com base no período de 2008 a 2025, esse cenário ainda não deve ser interpretado como avanço, pois, em 2025, o Brasil permaneceu como o país com maior número de assassinatos registrados de pessoas trans e travestis no mundo, mantendo essa posição pelo 18º ano consecutivo desde 2008 e concentrando 30% dos casos globais (ANTRA, 2026; TGEU, 2025). A expectativa de vida das pessoas trans e travestis é de 35 anos (ANTRA, 2021), enquanto a da população brasileira em geral é de 76,4 anos – sendo 73,1 anos para homens e 79,7 anos para mulheres (IBGE, 2024).

A era digital criou novas formas de comunicação e ampliou o acesso à informação. Seu surgimento reorganizou os mecanismos de comunicação, substituindo, ao longo do tempo, os meios físicos de notícias por meios digitais. Com o advento da internet, tornou-se possível ampliar a divulgação de acontecimentos em escala global, registrando episódios de atos violentos em tempo real, reinventando o

⁶ A sigla LGBT+ refere-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e outras identidades de gênero e orientações sexuais.

jornalismo com a possibilidade de acesso aos jornais recentes e antigos (Arnt, 2002). Considerando esse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar violências contra pessoas LGBTQ+ veiculadas em mídias jornalísticas digitais no período de 2014 a 2024.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa quantitativa retrospectiva documental que busca compreender como a violência e suas variações contra a comunidade LGBTQ+ são representadas no jornalismo digital. O recorte temporal da pesquisa abrange o período de 10 anos, de 2014 a 2024. Foram analisadas notícias publicadas nos canais digitais dos jornais Folha de São Paulo e Estadão, ambos de grande circulação nacional. Os jornais são diários e foram selecionados por serem veículos midiáticos de referência sediados em São Paulo, uma das principais metrópoles do Brasil, e por exercerem influência na formação de opinião.

As reportagens foram selecionadas por conveniência, conforme sua disponibilidade e acessibilidade nos sites dos jornais. Não foi definido um número específico de reportagens coletadas. Os critérios de inclusão foram reportagens brasileiras que mencionam episódios de violência envolvendo pessoas LGBTQ+ ou situações relacionadas à defesa dos direitos da pessoa LGBTQ+ em situação de violência. Foram excluídas reportagens que não abordavam especificamente a violência contra a comunidade LGBTQ+ e notícias que não forneciam detalhes suficientes para configurar um ato de violência contra pessoas LGBTQ+.

Após acessar os sites dos jornais selecionados, as notícias foram coletadas a partir da pesquisa dos descritores: “Homofobia”, “Homossexual”, “Violência LGBTQ+”, “Transfobia”, “Sapatão”, “Lesbofobia”, “Gay”, “Bifobia”, “Travesti”, “Viado”, “Agressão LGBTQ+” e “Discriminação LGBTQ+”. Os descritores foram inseridos individualmente no mecanismo de busca, para fazer a filtragem de acordo com o ano inicial de 2014. Após as notícias que correspondiam àquele termo-chave serem coletadas, selecionava-se o próximo descritor, e assim sucessivamente até a finalização da busca por todas as palavras referentes ao ano analisado. O mesmo procedimento foi adotado para cada ano, até alcançar o ano de 2024.

As notícias localizadas foram armazenadas em uma planilha eletrônica estruturada em duas abas, correspondentes a cada jornal analisado. Os dados foram

registrados sistematicamente em colunas contendo as seguintes informações: ano, título da matéria, número do caso, hiperlink de acesso, palavra-chave utilizada, estado de origem da publicação e o trecho destacado da narrativa jornalística.

Esse corpus documental foi submetido à análise de conteúdo, conforme os preceitos de Bardin (2011), adotando-se a vertente categorial. A etapa de pré-análise consistiu na leitura flutuante das reportagens e na organização sistemática do material contido na planilha. Subsequentemente, na fase de exploração, os dados foram classificados em categorias estruturadas a partir dos objetivos do estudo: tipo de violência, natureza do ato, letalidade, perfil da vítima, autoria da agressão e motivação presumida.

Por fim, no tratamento e interpretação dos resultados, a quantificação das frequências absolutas e relativas permitiu mapear a evolução cronológica das tipologias de violência, das identidades de gênero e dos vínculos entre agressores e vítimas. Esse mapeamento estatístico serviu como ponto de partida para uma abordagem crítica e qualitativa, que articulou as recorrências empíricas da imprensa às disputas discursivas e ideológicas que legitimam a escalada da violência no cenário nacional.

A pesquisa não exigiu apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que foram utilizados textos e imagens de dois jornais brasileiros de maior circulação, disponibilizados de modo público e com livre acesso à informação como previsto na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, que regulamenta pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais.

Resultados

Foram identificadas, nas fontes de informação utilizadas, 117 reportagens veiculadas de 2014 a 2024, sendo 56 (47,8%) do jornal Estadão e 61 (52%) da Folha de São Paulo. Em relação à distribuição de violência contra LGBT+ por ano (Tabela 1), 2014 foi o ano que registrou mais ocorrências de violência, com 21 (17,9%), seguido de 2019, com 13 (11%) e 2022 e 2023, ambos com 12 (10%).

Tabela 1 - Distribuição de violência contra LGBT+ por ano

Ano de publicação	Estadão	Folha de SP	Total	
			Nº	%
2014	15	6	21	(17,9)
2015	3	3	6	(5)
2016	9	2	11	(9)
2017	6	5	11	(9)
2018	4	4	8	(6,80)
2019	2	11	13	(11)
2020	1	5	6	(5)
2021	2	6	8	(6,80)
2022	6	6	12	(10)
2023	5	7	12	(10)
2024	3	6	9	(7,60)
Total	56	61	117	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto ao perfil da vítima (Tabela 2), 40 (34%) das reportagens utilizaram o termo “homossexual” de forma genérica para indicar que a vítima pertencia à comunidade LGBT+; no entanto, não especificaram com qual identidade ou orientação a pessoa se identificava.

Já entre as vítimas cuja identidade de gênero ou orientação sexual foi informada nas reportagens, observou-se o uso de categorias genéricas, com destaque para gays, com 26 casos (22%), seguidas de pessoas transexuais, com 21 (17,9%) e, por fim, pessoas lésbicas com 6 (5%). A categoria “Não informado” ocupou a terceira colocação, com 23 casos (19,6%) das vítimas sem identidade de gênero estabelecida na reportagem sofreram “homofobia”. A omissão da identidade de gênero e/ou orientação sexual em reportagens sobre vítimas de LGBTfobia contribui para a invisibilização da violência motivada por preconceito, dificultando a compreensão do leitor sobre a real natureza do crime (Diniz; Oliveira, 2014).

Tabela 2 - Perfil das vítimas LGBT+, tipos de violência sofrida e responsáveis pelas agressões (continua)

Jornais digitais	Estadão	Folha de SP	Total	
			N	%
Perfil da vítima	Gay	9	17	26 (22)
	Homossexual NI	22	18	40 (34)
	Lésbica	3	3	6 (5)
	Mulher Cis	0	1	1 (0,85)
	Transexual	18	3	21 (17,9)
	Não Informado	4	19	23 (19,6)
Tipos de violência	Violência comunitária	53	57	110 (94)
	Violência Política	1	1	2 (1,7)
	Violência Familiar	2	3	5 (4)

Tabela 3 - Perfil das vítimas LGBT+, tipos de violência sofrida e responsáveis pelas agressões (conclusão)

	Jornais digitais	Estadão	Folha de SP	Total	
				N	%
Autor(es) da violência	Âmbito Escolar	4	3	7	(5,9)
	Autor Não Identificado	5	1	6	(5)
	Colegas de Trabalho/Escola	2	2	4	(3)
	Conhecidos	1	0	1	(0,85)
	Desconhecidos (Internet)	0	2	2	(1,7)
	Desconhecidos (sem vínculo)	29	39	68	(58)
	Familiares/Parceiros	2	3	5	(4)
	Gerência/Funcionários estabelecimentos	4	2	6	(5)
	Motorista Ônibus/Particular	0	2	2	(1,7)
	Profissional Médico	0	1	1	(0,85)
	Policia Militar	1	2	3	(2,5)
	Segurança privada/pública	8	4	12	(10)
	Total	56	61	117	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: A expressão “Homossexual NI” significa “homossexual não identificado”. Essa classificação foi usada quando a notícia indica que a vítima pertence à comunidade LGBT+, mas a rotula genericamente como homossexual, sem especificar a identidade ou orientação sexual específica com a qual a pessoa se identifica.

Das formas de violência evidenciadas nas notícias, a violência comunitária é a que mais se destaca, com 110 (94%) ocorrências. A violência comunitária é aquela praticada por pessoas sem um laço sanguíneo ou afetivo, ou seja, podendo envolver conhecidos ou desconhecidos.

No que se refere ao perfil dos agressores, as agressões foram, em sua maioria, praticadas por indivíduos sem qualquer vínculo prévio com as vítimas, em 68 casos (58%). As estatísticas disponíveis sobre crimes homofóbicos indicam que os agressores geralmente são desconhecidos da rede social da vítima, o que dificulta o levantamento de informações detalhadas sobre seu perfil.

Com 12 casos registrados (10%), seguranças de instituições privadas e/ou públicas ocupam a segunda posição entre os autores de agressões registradas contra a população LGBT+. Por fim, o ambiente escolar foi identificado como cenário de 7 casos (5,9%) de violência contra a população LGBT+. Esses casos envolvem diferentes dinâmicas, como agressões entre professores e alunos, em ambos os sentidos, e situações em que a própria instituição escolar se configura como agente violador dos direitos dos estudantes.

No que se refere ao tipo de agressão e à letalidade sofrida pela população LGBT+, observa-se um número expressivo de casos de violência física e moral, totalizando 38 ocorrências (32%), conforme demonstrado na Tabela 3. Essas

agressões, em muitos casos, tiveram início com ofensas verbais e/ou morais, mas evoluíram para formas mais graves de violência física.

Tabela 4 - Caracterização da Violência segundo Natureza, Gravidade e Categorias Identitárias

Jornais digitais		Estadão	Folha de SP	Total		
				N	%	
Natureza da violência	Violência física leve	7	5	12	(10)	
	Violência física e moral	17	21	38	(32)	
	Violência física e sexual	1	3	4	(3,4)	
	Violência moral	17	15	32	(27)	
Gravidade da violência	Lesão física não letal	25	29	54	(46)	
	Lesão física letal	14	17	31	(26,5)	
Relação da violência com as categorias identitárias	Gay	Agressão verbal/moral	1	6	7	(5,98)
		Lesão física	5	6	11	(9,40)
		Lesão física e sexual	1	2	3	(2,56)
		Homicídio	2	3	5	(4,27)
	Homossexual NI	Agressão verbal/moral	7	4	11	(9,40)
		Lesão física	9	8	17	(14,5)
		Homicídio	6	6	12	(10)
	Lésbica	Agressão física e moral	3	3	6	(5)
	Mulher Cis	Lesão física	0	1	1	(0,85)
		Agressão verbal/moral	5	4	9	(7,69)
	Transexual	Lesão física	7	7	14	(11,9)
		Lesão física e sexual	0	1	1	(0,85)
		Homicídio	6	7	13	(11,1)
	Não Informado	Agressão verbal/moral	2	0	2	(1,71)
		Lesão física	2	2	4	(3,42)
		Homicídio	0	1	1	(0,85)
Total		56	61	117	100	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: Violência física leve (tapas, empurrões), Lesão física não letal (fraturas, ferimentos com armas, tortura) e Lesão física letal (homicídios consumados).

Em relação à violência moral, foram identificados 32 casos (27%), caracterizados por condutas que atentam contra a honra ou a reputação da vítima, por meio de calúnia, difamação ou injúria. No que diz respeito à violência física, registraram-se 12 casos (10%), nos quais os agressores atacaram fisicamente suas vítimas sem qualquer motivo aparente, desentendimento prévio ou provocação. Por fim, com o menor índice, contabilizaram-se 4 casos (3,4%) de violência física e sexual, em que as vítimas, além de sofrerem agressões físicas, também foram vítimas de violência sexual.

Dos 117 casos analisados, houve o registro de 31 homicídios (26,5%). A maior parte dos óbitos foi composta por pessoas transexuais, com 13 óbitos. Nesse grupo, observa-se a exposição frequente a múltiplas formas combinadas de violência, incluindo 14 casos de lesão física, 9 de agressão verbal/moral e 1 de violência física

e sexual. Já o grupo classificado como “Homossexual NI” foi o mais numeroso entre as categorias analisadas, concentrando o maior número de ocorrências em todas as formas de violência: 17 casos de lesão física, 11 de agressão verbal/moral e 12 óbitos.

Discussões

A categorização das notícias coletadas revela que a violência não se manifesta de forma espontânea, mas é alimentada por construções discursivas prévias. Conforme discutido por Carvalho e Polizel (2026), iniciativas como o movimento “Escola sem Partido” e a pulverização do discurso em torno de uma suposta “ideologia de gênero” operam como ferramentas de pânico moral. Esse mecanismo retórico instrumentaliza o preconceito e desumaniza determinados grupos sociais, criando um terreno fértil e politicamente legitimado para a escalada das violências tangíveis observadas nos dados epidemiológicos/documentais deste estudo.

Nos anos subsequentes, esse clima de hostilidade não apenas se manteve, como também se intensificou, refletindo-se nos dados alarmantes sobre a violência contra pessoas LGBTQ+. Em especial, os anos de 2022 e 2023 foram marcados por uma escalada significativa nos casos de agressões motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. De acordo com o Atlas da Violência 2024, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve um aumento de 39,4% nos registros de violência física e psicológica contra pessoas LGBTQ+ em 2022, totalizando 8.028 ocorrências oficiais (IPEA, 2024). Tal estatística representa, em média, quase uma ocorrência por hora, evidenciando a gravidade da situação. Paralelamente, o Grupo Gay da Bahia (GGB), por meio do seu Observatório de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil, documentou 273 mortes violentas no mesmo ano, consolidando o Brasil como o país com o maior número de homicídios dessa população (GGB, 2024). Em 2023, o cenário manteve-se crítico, com o registro de 257 mortes violentas, uma a cada 34 horas (GGB, 2024). Esses dados revelam um padrão estrutural e persistente de violência, demandando respostas urgentes por parte do Estado, especialmente no que diz respeito à formulação de políticas públicas de proteção e inclusão da população LGBTQ+.

Quanto ao perfil da vítima, observa-se que 40 (34%) das reportagens utilizaram o termo genérico “homossexual”. Esse uso recorrente pode ser compreendido à luz

das práticas jornalísticas que, por vezes, optam por categorias amplas e imprecisas para tratar da diversidade sexual. Como argumenta Gross (2001), a mídia tende a padronizar representações de grupos sociais marginalizados, reforçando estereótipos e apagando nuances identitárias específicas. No caso da população LGBTQ+, essa situação se manifesta na redução da identidade das vítimas a um termo genérico, como “homossexual”. Essa abordagem não considera especificidades, como orientação sexual (gay, lésbica, bissexual) ou identidade de gênero (pessoa trans, travesti, não binária).

Além disso, Santos e Miskolci (2021) ressaltam que esse apagamento pode refletir uma forma de homogeneização discursiva, em que os sujeitos LGBTQ+ são tratados como uma massa indistinta, o que impede a visibilidade de suas subjetividades e das diferentes violências que enfrentam. Tal prática não apenas compromete a precisão da informação jornalística, mas também colabora para o silenciamento simbólico das vítimas, cuja identidade completa é omitida ou diluída nas narrativas noticiosas.

O silenciamento, nesse contexto, pode ser compreendido como uma estratégia de controle discursivo. Foucault (1988) argumenta que, ao longo da história, temas considerados “perigosos” ou “indesejáveis” foram objeto de uma verdadeira “injunção ao silêncio”, sendo estrategicamente suprimidos do discurso social. Assim, ao não nomear de forma precisa a identidade das vítimas LGBTQ+, o discurso jornalístico contribui para uma forma de apagamento que visa neutralizar a presença desses sujeitos no espaço público. Como destaca Assis (2021), essa omissão não é neutra: ela opera como uma forma de violência simbólica, pois desautoriza a existência plena dessas identidades ao tratá-las como irrelevantes ou secundárias. Dessa forma, a linguagem adotada nos meios de comunicação torna-se não apenas reflexo, mas também agente ativo na perpetuação da LGBTQfobia estrutural.

Entre as formas de violência evidenciadas nas notícias analisadas nesta pesquisa, a violência comunitária é a que mais se destaca, aparecendo em 110 (94%) dos registros. Segundo a OMS, a violência comunitária é definida como aquela praticada por indivíduos que não possuem vínculo familiar, afetivo ou social com a vítima, caracterizando-se pela agressão oriunda de pessoas estranhas ou desconhecidas (WHO, 2002). Essa definição enfatiza o caráter social e relacional da violência, destacando seu vínculo com a marginalização e a exclusão de grupos

vulneráveis, como a população LGBTQ+. Esse achado corrobora outros estudos que apontam que muitas das agressões ocorrem majoritariamente em ambientes públicos de livre acesso por agressores desconhecidos, sem laços de parentesco, classificado como violência comunitária, em grande maioria do sexo masculino e sem informações específicas sobre orientação sexual ou classe social (Silva et al., 2020).

Conforme expõe Almeida (2019), a violência comunitária contra pessoas LGBTQ+ não ocorre de forma isolada, mas é reflexo de uma estrutura social que legitima o preconceito, seja por meio da omissão institucional, seja pela naturalização das agressões no imaginário coletivo. A ausência de laços entre vítima e agressor reforça o caráter simbólico dessa violência, que frequentemente visa reprimir a presença e a visibilidade de corpos dissidentes no espaço público. Assim, a violência comunitária revela não apenas a vulnerabilidade física, mas também a marginalização simbólica a que estão submetidas essas populações.

Nessa pesquisa, a violência comunitária é a mais prevalente, representando a maioria dos casos reportados. No entanto, a violência familiar aparece como a segunda forma mais frequente, destacando-se como um importante espaço de vulnerabilidade para essas pessoas. A violência familiar contra pessoas LGBTQ+ possui dimensões singulares, uma vez que envolve conflitos e rejeições que não apenas expõem o indivíduo a danos físicos e emocionais, mas também ameaçam sua base afetiva e social. Como destaca Carvalho (2018), a rejeição familiar é uma das principais causas de exclusão social e emocional para jovens LGBTQ+, sendo associada a consequências graves, como o aumento do risco de depressão, tentativas de suicídio e evasão escolar. Além disso, a violência no contexto familiar pode ser tanto explícita, com agressões físicas e verbais, quanto velada, por meio de negligência, isolamento ou controle coercitivo (Silva; Pereira, 2020).

No que se refere aos autores da violência, observa-se que, em terceiro lugar, aparecem profissionais responsáveis pela segurança pública e privada como seguranças de estabelecimentos e policiais. A problemática da violência institucional contra a população LGBTQ+ no Brasil não é um fenômeno isolado, mas apresenta particularidades alarmantes quando comparada ao contexto internacional. Em muitos países democráticos, embora episódios de abuso policial também ocorram, têm-se observado avanços significativos em políticas de formação continuada em direitos humanos, além da criação de mecanismos de controle externo e ouvidorias

especializadas.

Segundo relatório da Human Rights Watch (HRW, 2021), países como Canadá, Espanha e Argentina implementaram protocolos específicos de abordagem policial para populações LGBT+, buscando reduzir o viés discriminatório e assegurar condutas baseadas no respeito à diversidade (ILGA, 2023). Em contraste, no Brasil, persiste a cultura de impunidade entre agentes de segurança envolvidos em episódios de LGBTfobia, e a ausência de políticas públicas eficazes contribui para a reprodução de práticas violentas legitimadas por discursos de moralização e controle social (HRW, 2021). Nesse sentido, o Brasil se destaca negativamente no cenário internacional, consolidando-se, segundo a ILGA World (2023), como um dos países com maior número de homicídios motivados por orientação sexual e identidade de gênero, muitos dos quais envolvendo ações ou omissões de agentes estatais. Segundo Prado et al. (2014), a força policial atual herdou a brutalidade da época militar, implantada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), ações com práticas repressoras e uma letalidade normalizada, legitimadas como necessárias em contextos de repressão, consolidando-se no cotidiano atual como forma de práticas operacionais, legitimando a violência.

A legitimação da violência estatal pode ser interpretada à luz do conceito de necropolítica, formulado por Mbembe (2016), o qual descreve a soberania do Estado como o poder de decidir "quem pode viver e quem deve morrer". Tal lógica se manifesta por meio de políticas que operam a gestão da vida mediante a produção sistemática da morte, especialmente em contextos marcados por desigualdades raciais, sociais e de gênero. No caso brasileiro, essa soberania necropolítica é exercida frequentemente pelas forças de segurança, que, em vez de proteger, tornam-se vetores da eliminação de grupos historicamente marginalizados, como a população LGBT+.

Além das atrocidades cometidas durante a ditadura militar, permanece como legado uma cultura de impunidade policial, sustentada pela ausência de responsabilização efetiva diante da violência praticada por agentes do Estado. Como aponta Prado et al. (2014), essa herança histórica legitima a brutalidade institucional como parte do funcionamento cotidiano das corporações policiais, normalizando ações de repressão desproporcional e seletiva, particularmente contra populações vulnerabilizadas. A conjugação entre necropolítica e impunidade estrutural forma um

cenário de permanente ameaça à vida daquelas cujas existências são consideradas "matáveis" dentro da lógica estatal (Mbembe, 2016).

Quanto à violência no ambiente escolar, configura-se como uma das manifestações mais evidentes da LGBTfobia institucionalizada no Brasil. Estudantes que se reconhecem como parte da comunidade LGBTQ+ enfrentam uma jornada escolar significativamente mais difícil do que seus colegas que se enquadram no padrão cis-heteronormativo e branco, grupo este que, não raramente, figura como o principal agente das agressões (Medeiros, 2023). Essa realidade compromete diretamente a permanência desses estudantes nas instituições de ensino, influenciando negativamente sua trajetória educacional. Segundo dados da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), a escola é frequentemente percebida por estudantes LGBTQ+ como um ambiente hostil, no qual o bullying motivado por orientação sexual ou identidade de gênero é prática recorrente. Tais agressões se iniciam com "brincadeiras" de cunho moral e verbal, muitas vezes naturalizadas no cotidiano escolar, mas que, em grande parte dos casos, evoluem para episódios de violência física, gerando medo, insegurança e, conseqüentemente, evasão escolar (ABGLT, 2022).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro, mais de 90% dos estudantes LGBTQ+ relataram ter sofrido agressões verbais nas escolas, enquanto 34% afirmaram ter sido vítimas de violência física. O cenário torna-se ainda mais alarmante entre estudantes trans e travestis, entre os quais o índice de agressões físicas atinge 38%. Ainda que a maioria das ocorrências envolva colegas de escola como autores, chama atenção o envolvimento de docentes em cerca de 34% dos episódios, seja por ação direta ou omissão diante das violências presenciadas (Aliança nacional LGBTQI+; Instituto Unibanco; Plano CDE, 2025). Tais dados evidenciam a urgência de políticas públicas voltadas à formação de profissionais da educação e à implementação de estratégias que promovam ambientes escolares mais seguros, inclusivos e respeitosos para a diversidade sexual e de gênero.

No que se refere ao tipo de agressão e à letalidade sofrida pela população LGBTQ+, observa-se um número expressivo de casos de violência física e moral, totalizando 50 ocorrências (42,7%). A violência moral, caracterizada por xingamentos,

difamações e humilhações públicas, frequentemente atua como porta de entrada para formas mais graves de agressão, culminando em episódios de violência física ou mesmo letalidade. Facchini e França (2009) observam que essas manifestações não são meramente interpessoais, mas resultam de estruturas sociais que legitimam a violência contra identidades sexuais e de gênero divergentes da norma heterocisnormativa.

Judith Butler (2003) contribui para essa análise ao propor que a norma de gênero regula quais vidas são reconhecidas como dignas de luto ou proteção, o que precariza a existência de sujeitos LGBT+ e os torna alvos privilegiados da violência social e institucional. Essa precariedade não é apenas material, mas discursiva — o silêncio ou a simplificação da identidade das vítimas nos relatos jornalísticos reforça sua marginalização. Essa lógica também é abordada por Santos e Miskolci (2021), ao tratar da homogeneização discursiva que apaga as particularidades dos sujeitos LGBT+, impossibilitando que as diferentes violências sejam reconhecidas em sua complexidade. Ao serem apresentados de forma genérica ou imprecisa, como “homossexuais” ou “travestis”, suas subjetividades são diluídas, contribuindo para a naturalização da violência que enfrentam.

A análise das reportagens evidencia um caso emblemático no qual uma mulher cisgênero foi erroneamente identificada como transexual e, em decorrência dessa percepção social equivocada, tornou-se vítima de agressão física (MULHER..., 2023). Este episódio demonstra que a violência dirigida à população LGBT+ não está limitada às identidades assumidas, mas também se manifesta em relação a pessoas cuja orientação sexual ou identidade de gênero é presumida ou atribuída socialmente de forma equivocada. Tal fenômeno revela como a normatividade de gênero opera como um mecanismo de controle social, punindo corpos que desafiam os padrões heterocisnormativos. Como argumenta Butler (2003), o gênero é construído por meio de performances reiteradas que obedecem a um regime de verdade, o qual define quais corpos e identidades são considerados legítimos ou aceitáveis na sociedade, legitimando, assim, práticas de exclusão e violência (Facchini; França, 2009).

Nesse sentido, a violência não se dirige exclusivamente à identidade real do sujeito, mas à forma como ele é socialmente interpretado, o que demonstra a centralidade das expectativas normativas na produção de vulnerabilidades. Essa leitura é corroborada por Santos e Miskolci (2021), ao destacar que a LGBTfobia não

se restringe à orientação sexual ou identidade de gênero declaradas, mas inclui também rejeições baseadas na aparência, nos gestos e em outras expressões de gênero que contrariam os padrões tradicionais. Portanto, compreender a violência LGBTfóbica requer um olhar ampliado que considere os mecanismos sociais de regulação e punição das dissidências de gênero e sexualidade.

O homicídio, como forma extrema de violência, mostrou-se presente em todas as categorias identitárias analisadas: gays, lésbicas, homossexuais não identificados (NI), pessoas trans e travestis, evidenciando um padrão transversal de letalidade contra a população LGBTQ+. Esses dados revelam que a exposição à morte não se restringe a um único grupo dentro da diversidade sexual e de gênero, mas constitui uma ameaça generalizada a todos que desafiam os padrões cis-heteronormativos dominantes.

Essa violência letal articula-se à produção do preconceito no espaço público por meio de pânico morais institucionalizados, como os discursos anti-"ideologia de gênero" e o movimento "Escola sem Partido", que operam como dispositivos de exclusão e desumanização (CARVALHO; POLIZEL, 2026). Esse mecanismo discursivo constitui uma estratégia política concertada para transformar a diversidade em perigo social (MISKOLCI, 2016), produzindo uma hierarquização que destitui esses corpos de valor e os converte em "vidas precárias" passíveis de eliminação (BUTLER, 2004). Desse modo, o avanço de pautas ultraconservadoras funciona como combustível ideológico que capilariza a hostilidade no cotidiano, legitimando as violências tangíveis; o homicídio configura-se, portanto, como o desfecho concreto de um processo prévio de aniquilação discursiva e simbólica.

Como argumentam Facchini e França (2009), a homofobia e a transfobia funcionam como tecnologias sociais de regulação dos corpos e da sexualidade, marcando como "matáveis" aqueles que transgridem as normas estabelecidas. Nessa perspectiva, o homicídio torna-se o ponto final de um contínuo de violências simbólicas, morais e físicas, sendo muitas vezes naturalizado pela mídia e pelos próprios sistemas de justiça. A presença do homicídio em todas as categorias mostra que a violência não faz distinção quando o objetivo é eliminar a diferença.

Portanto, a marginalização da população LGBTQ+ no contexto da violência estrutural pode ser compreendida à luz do conceito de "vida precária", conforme discutido por Judith Butler (2004). Para a autora, os sujeitos que não se conformam

às normas dominantes de gênero e sexualidade tendem a ser alvos de agressões sistemáticas, uma vez que suas existências desafiam os marcos de inteligibilidade social estabelecidos. Isso implica que suas vidas são percebidas como menos dignas de reconhecimento, proteção ou luto, o que favorece a naturalização da violência contra esses corpos dissidentes. Tal cenário evidencia a hierarquização da vida no espaço público e a legitimação simbólica da exclusão desses indivíduos.

No Brasil, diversas iniciativas vêm sendo implementadas com o objetivo de promover os direitos da população LGBTQ+ e combater as desigualdades históricas enfrentadas por esse grupo. Em 2004, foi criado o Programa Brasil Sem Homofobia, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Essa iniciativa pioneira buscava enfrentar a violência e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, por meio do fortalecimento de instituições públicas e da sociedade civil, da capacitação de profissionais e da disseminação de informações sobre direitos humanos (Brasil, 2004). Complementando essa proposta, em 2009, foi instituído o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTQ, com ações articuladas nas áreas de saúde, educação, segurança pública e justiça, reforçando a promoção da igualdade e a consolidação de políticas públicas inclusivas (Brasil, 2009).

No entanto, no campo da segurança pública, a subnotificação de crimes de ódio motivados por orientação sexual e identidade de gênero ainda constitui um problema persistente. A desconfiança das vítimas em relação às instituições policiais e o receio de represálias contribuem para a invisibilidade dessas violências, comprometendo a formulação de políticas públicas eficazes de combate à LGBTQfobia (Saleiro et al., 2022).

Além disso, a análise de violências contra a população LGBTQ+ nas mídias digitais entre 2014 e 2024 revela limitações importantes. A dependência de notícias publicadas em jornais digitais pode não refletir a totalidade dos casos de violência sofridos por essa população, uma vez que muitas agressões não são noticiadas ou sequer registradas oficialmente. Ademais, a abordagem qualitativa e quantitativa das notícias analisadas depende da precisão e completude das informações disponibilizadas pelas reportagens, que frequentemente carecem de detalhes sobre as vítimas, agressores e contextos das violências, limitando a profundidade da análise sobre as especificidades das agressões e das identidades envolvidas.

Outro ponto diz respeito ao viés midiático, que pode influenciar a forma como as violências são narradas e classificadas, afetando a representatividade dos dados coletados. A pesquisa também não contempla outros meios de comunicação relevantes, como redes sociais e mídia alternativa, onde parte importante das discussões e denúncias sobre violência LGBTQ+ ocorre atualmente. Por fim, a delimitação temporal até 2024 pode deixar de fora dinâmicas recentes e futuras, especialmente diante de rápidas transformações sociopolíticas e culturais que impactam a visibilidade e a violência contra a população LGBTQ+.

Essas limitações indicam a necessidade de estudos complementares, que incluam outras fontes de dados, abordagens metodológicas diversificadas e que considerem contextos locais e regionais para aprofundar o conhecimento sobre o tema.

Considerações Finais

A análise das violências contra a população LGBTQ+ veiculadas nas mídias jornalísticas digitais no período de 2014 a 2024 revelou a persistência e a diversidade das agressões sofridas por esse grupo social ao longo da última década. Observou-se que as narrativas midiáticas frequentemente reproduzem uma visão homogênea das vítimas, utilizando termos genéricos como “homossexual” sem especificar as particularidades identitárias, o que contribui para a invisibilização das especificidades das violências enfrentadas.

A violência comunitária destaca-se como predominante, evidenciando que os agressores são, em sua maioria, pessoas sem vínculos afetivos ou familiares com as vítimas. Contudo, a presença significativa de agentes de segurança, como seguranças particulares e policiais, entre os perpetradores revela a dimensão da violência institucionalizada, um fenômeno que legitima e perpetua a marginalização estrutural da população LGBTQ+.

O estudo também apontou para a grave situação da violência letal, especialmente contra pessoas trans e travestis, que enfrentam múltiplas formas combinadas de agressões. Ademais, a cobertura jornalística, embora essencial para a visibilidade do tema, frequentemente carece de detalhamento aprofundado que contribua para a humanização e o reconhecimento da diversidade da população

LGBT+.

Esses achados ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas e ações educativas que enfrentem a LGBTfobia em todas as suas dimensões social, institucional e midiática, promovendo a proteção dos direitos e a garantia da dignidade dessa população. Destaca-se, ainda, o papel fundamental da imprensa na construção de narrativas mais inclusivas e sensíveis, que reconheçam as identidades e experiências específicas, contribuindo para a desconstrução de estigmas e preconceitos.

Assim, esta pesquisa contribui para o debate acadêmico e social ao evidenciar padrões de violência e silenciamento midiático, oferecendo subsídios para a formulação de estratégias integradas de combate à violência contra a população LGBT+ no Brasil contemporâneo.

Referências

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+; INSTITUTO UNIBANCO; PLANO CDE. **Pesquisa nacional sobre o bullying no ambiente educacional brasileiro**. [S. l.]: Aliança Nacional LGBTI+, 2025. Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/relatorio-pesquisa-nacional-sobre-o-bullying/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

ALMEIDA, Gabriel Valente Tavares. **Cidadania e violência contra a população LGBT no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2019.

ARNT, Helena. **Do jornal impresso ao digital: novas funções comunicacionais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. Anais... Salvador: INTERCOM, 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/112387761741423585806970624436597686749.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

ASSIS, Mariana Cristina Ferreira. **Visibilidades e apagamentos de identidades de gênero e sexualidade na mídia brasileira contemporânea**. Revista Gênero & Direito, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 244-265, 2021. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/revistagenderlaw/article/view/23679>. Acesso em: 2 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT). **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil para estudantes LGBT+**. [S. l.]: ABGLT, 2022. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2018/07/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê ANTRA: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** [S. l.]: ANTRA, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025.** Brasília, DF: ANTRA, 2026. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.** Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nacional_lgbt_2009.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.

BUTLER, Judith. **Undoing gender.** New York: Routledge, 2003.

BUTLER, Judith. **Vida precária: o poder do luto e da violência.** Tradução de Renata Santani. São Paulo: Autêntica, 2004.

CARVALHO, Fernanda. **Violência familiar contra jovens LGBT+:** impactos e estratégias de enfrentamento. *Psicologia & Sociedade*, [S. l.], v. 30, e185576, 2018.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; POLIZEL, Alexandre Luiz. **O Escola sem Partido e o discurso sobre uma suposta “ideologia de gênero”.** *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 43, n. 2, p. 600-614, 2026. DOI: 10.5216/ia.v43i2.48954. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/48954>. Acesso em: 4 jul. 2026.

DINIZ, Debora; OLIVEIRA, Raquel Costa Tavares. **Notícias de homofobia no Brasil: mapeamento e análise.** Brasília, DF: Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, 2014. Disponível em: <https://anis.org.br/wp-content/uploads/2022/10/noticias-de-homofobia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Dissidências sexuais e de gênero: perspectivas antropológicas.** *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 33, p. 243-272, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GROSS, Larry. **Up from invisibility: lesbians, gay men, and the media in America**. New York: Columbia University Press, 2001. Disponível em: <https://cup.columbia.edu/book/up-from-invisibility/9780231119535>. Acesso em: 2 jul. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Observatório 2023 de mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil**. Salvador: GGB, 2024. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“Você não quer saber o que acontece comigo”**: abusos policiais contra pessoas LGBTQ no Brasil. Nova York: Human Rights Watch, 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2021/country-chapters/brazil>. Acesso em: 2 jul. 2025.

ILGA WORLD. **State-sponsored homophobia report 2023**. Geneva: International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association, 2023. Disponível em: <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2023>. Acesso em: 2 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2023, expectativa de vida chega aos 76,4 anos e supera patamar pré-pandemia**. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41984-em-2023-expectativa-de-vida-chega-aos-76-4-anos-e-supera-patamar-pre-pandemia>. Acesso em: 2 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2024**. Brasília, DF: Ipea, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MEDEIROS, Ana Letícia. **Educação e diversidade**: os desafios enfrentados por estudantes LGBTQ+ nas escolas brasileiras. Educação & Debate, [S. l.], v. 45, n. 3, p. 210-227, 2023.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MULHER cis agredida em restaurante ao ser confundida com trans diz que caso foi transfobia. **Folha de Pernambuco**, Recife, 26 dez. 2023. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/mulher-cis-agredida-em-restaurante-ao-ser-confundida-com-trans-diz-que/308276/>. Acesso em: 2 jul. 2026.

PRADO, Marco Aurélio Máximo et al. **Segurança pública e população LGBTQ**:



formação, representações e homofobia. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Segurança pública e direitos humanos: temas transversais. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. v. 5, p. 57-79. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/pspvolume5/seguranca_publica_populacao_lgbt.pdf. Acesso em: 3 jul. 2026.

SALEIRO, Sandra Patrícia et al. **Estudo nacional sobre as necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de gênero e características sexuais**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2022. (Estudos de género, 14). Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2022/05/Estudo_necessidades_pessoas_LGBTI_discrimina_orienta_sexual_id_express_genero_caractrstcs_sexuais.pdf?utm_source. Acesso em: 2 jul. 2025.

SANTOS, Cláudio Vitorino Ribeiro dos; MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada**. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 34, p. 229-235, 2022. DOI: 10.34019/1981-2140.2021.35637. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/csonline/article/view/35637>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SILVA, Amanda et al. **A violência homofóbica no Rio de Janeiro a partir do jornalismo digital**. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 24, e190381, 2020.

SILVA, João; PEREIRA, Ana. **Violência familiar e juventude LGBT: um estudo de casos**. Revista Brasileira de Estudos de População, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 345-362, 2020.

TRANS EUROPE AND CENTRAL ASIA (TGEU). **Trans Murder Monitoring 2025 reveals new trend in anti-trans violence: systematic targeting of activists and movement leaders**. Trans Europe and Central Asia, 12 nov. 2025. Disponível em: <https://tgeu.org/trans-murder-monitoring-2025-reveals-new-trend-in-anti-trans-violence-systematic-targeting-of-activists-and-movement-leaders/>. Acesso em: 3 jul. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

BETWEEN SILENCE AND DENUNCIATION:

LGBT+ Violence in two São Paulo newspapers over a decade

Abstract

Violence against the LGBT+ population in Brazil is a complex and persistent phenomenon in the lives of victims, marked by various forms of aggression and identity erasure. This study aims to analyze violence against LGBT+ people reported in digital journalistic media from 2014 to 2024. The methodology consists of a retrospective documentary study based on the analysis of news articles published in the newspapers Folha de São Paulo and Estadão, focusing on keywords related to violent acts against LGBT+ people. The news articles were classified according to type of violence, victims' gender identity, and the victim–aggressor relationship. A total of 117 news articles on violence against LGBT+ people were examined, with a predominance of community violence and homicide. Most victims were generically labeled in the reports and assaulted by unknown perpetrators. The data reveal identity erasure, vulnerability in public spaces, and media silencing of LGBTphobia. Although the press plays an important role in visibility, it still fails to humanize and recognize the diversity of this population. The portrayal of LGBT+ violence in journalistic media from 2014 to 2024 moves between silence and denunciation.

Keywords

LGBT people; Violence; Journalism; Digital public health.

Agradecimentos: Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, à Universidade Católica de Brasília (UCB) pelo suporte institucional e ao Grupo de Pesquisa Sexualidades e Diversidade no Envelhecimento pelas contribuições acadêmicas e científicas para o desenvolvimento deste estudo. Agradecemos, em especial, à Profa. Dra. Maria Liz Cunha de Oliveira, pela orientação, supervisão e apoio durante todas as etapas da pesquisa.

Agência financiadora: O presente artigo está vinculado ao Projeto de Pesquisa “Vivacidade e Envelhecer com Orgulho: oficinas sobre saúde, diversidade e intergeracionalidade a pessoas LGBTQIA+”, desenvolvido com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) CNPq/MCTI Nº 10/2023 processo: 406449/2023-6, bolsa de Iniciação Científica.

Contribuições das pessoas autoras: Mateus Kayky Pinheiro Dantas contribuiu com a conceitualização, investigação, coleta e curadoria dos dados, análise formal, escrita do rascunho original e revisão do manuscrito. Tatyana Nunes Lemos contribuiu com a escrita, revisão crítica e edição do manuscrito. Thayse Lima do Carmo contribuiu com a escrita do rascunho original, revisão crítica e edição do manuscrito. Henrique Salmazo da Silva contribuiu com a supervisão, análise crítica, revisão e edição final do manuscrito. Maria Liz Cunha de Oliveira contribuiu com a supervisão, orientação, análise crítica, revisão e edição final do manuscrito. Todas as pessoas autoras manifestam concordância com a versão final apresentada para publicação.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: A pesquisa não exigiu apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que utilizou exclusivamente informações de domínio público, provenientes de reportagens jornalísticas disponibilizadas em meio digital, conforme previsto na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Não houve participação direta de seres humanos nem coleta de dados primários com participantes.

Conflito de interesses: Autores declaram não haver conflito de interesses.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: Os autores declaram que utilizaram ferramenta de inteligência artificial generativa, especificamente ChatGPT, em julho de 2026, exclusivamente como apoio à revisão gramatical, ortográfica, de pontuação, clareza textual e adequação formal do manuscrito ao template da revista. A ferramenta não foi utilizada para coleta, análise ou interpretação dos dados. Todo o conteúdo científico, metodológico, analítico e argumentativo foi elaborado, revisado e validado pelas pessoas autoras, que assumem integral responsabilidade pela versão final do artigo.

Autor correspondente: Mateus Kayky Pinheiro Dantas. Universidade Católica de Brasília (UCB), QS 07, Lote 01, Bloco S, Sala 08/09, Taguatinga Sul, Brasília – DF, CEP 71966-700. E-mail: mateuskayky007.com@gmail.com.

Recebido em: 05/07/2025

Aceito em: 11/07/2026

